

## ESCOLAS TEUTO-BRASILEIRAS DA REGIÃO DE BLUMENAU (SC): ESTRUTURA, FUNÇÃO SOCIOCULTURAL E PROPOSTA DE ENSINO DE MATEMÁTICA

*Rosinéte Gaertner*  
*Universidade Regional de Blumenau*  
*rogaertner@gmail.com*

### **Resumo:**

Este texto apresenta algumas facetas do sistema educacional implantado na região de Blumenau (SC), de colonização alemã, no período de 1850 a 1938. O uso de registros escritos sobre os principais fatos político-educacionais ocorridos no período, aliado aos depoimentos de pessoas que os vivenciaram, possibilitou a construção de uma paisagem onde são delineadas: a estrutura escolar das escolas teuto-brasileiras - criadas a partir de 1850 e extintas em 1938, com as leis de nacionalização -, a função sociocultural destas instituições e, ainda, aspectos relativos ao ensino da matemática. Constatou-se que, a organização do sistema educacional – o de escolas comunitárias – produziu um baixo índice de analfabetismo na região, além de contribuir de forma incisiva para a preservação da cultura alemã. O ensino de matemática era baseado no desenvolvimento do cálculo mental e na resolução de problemas, sendo que objetivava a alfabetização matemática e a preparação para a atuação do sujeito no dia a dia da comunidade.

**Palavras-chave:** Escola teuto-brasileira; Blumenau; Ensino de Matemática; Preservação da Cultura.

### **1. Introdução**

Século XIX, ano de 1808. Fugindo da invasão napoleônica, a corte portuguesa se transfere para o Brasil provocando grandes mudanças na vida social, econômica e política brasileira. Importantes medidas objetivando o desenvolvimento da antiga colônia, transformada agora em sede do Governo Imperial, são tomadas pelo Imperador D. João VI, dentre as quais, a implantação da política de colonização que visava atrair imigrantes europeus para o território brasileiro. Para isso, é estabelecida uma lei que permite a concessão de terras devolutas (áreas pertencentes ao Estado que não tinham sofrido ocupação pelo homem branco), também, a pessoas de outras nacionalidades que se dedicassem ao povoamento e à atividade agrícola, direito antes concedido apenas aos estrangeiros de origem portuguesa.

Como consequência desta lei, imigrantes suíços e alemães estabelecem-se na Província do Rio de Janeiro, onde fundaram Nova Friburgo, em 1819. Alguns anos mais tarde, em 1824, o primeiro grupo de imigrantes alemães chega ao sul do Brasil, na Província do Rio Grande do Sul, onde é fundada a “Colônia Alemã de São Leopoldo”, denominação dada em homenagem à imperatriz Leopoldina.

Em dois de setembro de 1850 é fundada a Colônia de Blumenau, na Província de Santa Catarina, por Hermann Bruno Otto Blumenau (químico alemão) e outros 17 imigrantes alemães.

Já ao chegar, os imigrantes trataram de solicitar escolas para os seus filhos dado que a escolaridade primária, na Alemanha, era considerada indispensável a todas as pessoas. Foram praticamente ignorados pelas autoridades brasileiras, pois

quando os primeiros colonos alemães entraram no país, precário era o estado da instrução primária brasileira, as administrações coloniais nesse setor particularmente pouco fizeram. Os imigrantes alemães estavam habituados a considerar a escola como instituição imposta à comunidade aldeã pelas autoridades. Esperavam que também as autoridades brasileiras lhes dessem escolas. Mas isso não se deu. (OBERACKER, 1985, p. 397).

Puseram-se, então, os colonos, a construir e a criar escolas, impulsionados pela necessidade de proporcionar o mínimo de instrução aos seus filhos. Surgiram, assim, as *Schulgemeinden* (Comunidades Escolares), que construía suas escolas, contratavam e pagavam seus professores. As escolas teuto-brasileiras<sup>1</sup>, ou escolas alemãs, como ficaram conhecidas se proliferaram em todas as regiões de colonização.

Nas seções seguintes deste artigo aborda-se o ensino promovido por estas escolas na região de Blumenau, com ênfase ao ensino de matemática, e a questão da escola teuto-brasileira como instituição mantenedora da cultura alemã<sup>2</sup>.

## **2. O ensino nas escolas teuto-brasileiras de Blumenau (SC)**

Na Colônia de Blumenau, desde a sua implantação, o número de escolas comunitárias crescia ano a ano. Silva (1988) registra que, em 1867, existiam doze estabelecimentos de ensino na Colônia, frequentados por 263 crianças (127 meninos e 136 meninas). Em 1875, havia vinte e cinco escolas particulares e somente duas escolas

---

<sup>1</sup> A expressão escola teuto-brasileira se referencia a instituições escolares, surgidas nas zonas de colonização alemã onde o uso do idioma germânico era predominante, se não em todas as disciplinas, mas na maioria delas.

<sup>2</sup> Um maior detalhamento deste estudo encontra-se em Gaertner (2004).

públicas. “Não precisamos construir escolas muito caras, podemos tê-las com pouco dinheiro, como as tem a Alemanha, simples e elegantes, com as suas fachadas de tijolos de cores e seus jardins”, apregoava Franklin Doria na Câmara dos Deputados, em 17 de maio de 1877, ao defender a criação de escolas nas regiões de colonização alemã (DORIA apud FIORI, 2003, p.5).

Kormann (1994) esclarece que nos primeiros anos de colonização, os professores eram homens da própria comunidade, sendo que muitos deles eram idosos que não mais podiam trabalhar no pesado e na lavoura e que soubessem ler e escrever, respeitados, fazendo uso da palmatória em último caso. Este perfil sofre alterações com o passar dos anos e o desenvolvimento do município de Blumenau. As comunidades organizadas passam a contratar professores formados, principalmente na Alemanha, para ensinar seus filhos. Muitas vezes, a tarefa do professor não se restringia à atividade docente. Tinha a seu cargo a direção do coro, nas sessões religiosas, assim como a organização de atividades festivas e recreativas da comunidade.

A adoção de livros didáticos ocorria, geralmente, em todas as séries de estudo. Vários eram escritos em alemão, idioma em que as aulas também eram ministradas. No início da colonização, estes livros eram doados pelo governo da Alemanha às escolas de Blumenau ou adquiridos naquele país.

Todavia, muitos consideravam que estes não eram adequados à realidade teuto-brasileira, pois

o ambiente no qual o professor introduzia a criança e os objetivos da escola não eram os mesmos no Brasil e na Alemanha. A fauna e flora, florestas e campos, jardins e pomares, comidas e bebidas, estações do ano e curso dos astros, entre vários outros, com e nos quais a vida era conduzida, eram diferentes. Conseqüentemente, as lições de aritmética apresentavam outra forma, e história e geografia tinham ponto de partida e de chegada diferente daqueles do outro lado (a Alemanha). (MAURO, 2005, p. 118)

Para atender às solicitações de comunidades escolares, professores de escolas teuto-brasileiras, muitos com formação de nível superior obtida na Alemanha, começam a escrever manuais escolares. A impressão das obras é iniciada de forma ainda tímida por editoras como a Editora Rotermund & Cia, instalada em 1877, em São Leopoldo (RS), Editora Arthur Koehler, em Blumenau (SC), Typographia do Centro e Livraria e Editora Selbach, ambas de Porto Alegre. Estas publicações aumentam consideravelmente de número nas décadas de 1920 e 1930, em conseqüência da proibição de importação de livros da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial. Kreutz (2008, p. 30) registra que

“até a década de 1930, os imigrantes alemães haviam elaborado e impresso acima de 160 manuais escolares”.

Em 1900, o número de escolas comunitárias já ultrapassava a quantidade de uma centena. Kormann (1994) assinala que, neste ano, os professores procuraram se organizar e, em abril, fundaram a Associação das Escolas de Professores de Blumenau, que reunia os professores e comunidades do Vale do Itajaí. Essa associação visava a orientar os professores nos métodos de ensino, fazia aquisição de material escolar, promovia apresentações teatrais para as crianças das escolas, prestava assistência aos professores, principalmente em casos de doenças e velhice. Quatro anos após a sua criação, esta associação ampliou-se pelo estado de Santa Catarina, transformando-se na Sociedade das Escolas Alemãs para Santa Catarina. Em janeiro de 1906, esta sociedade lança um jornal mensal, de quatro a seis páginas, intitulado *Mitteilungen*, que significa Comunicações; impresso em alemão, fonte gótica, cujos objetivos eram: a orientação pedagógica aos professores e a troca de informações entre as diversas comunidades escolares do interior. Em 1917, devido a Primeira Guerra Mundial, esta publicação deixou de ser impressa.

Emmendoerfer (1950) registra que, em 1907, a população de Blumenau era de 45089 habitantes dispersos em 10 678,5 quilômetros quadrados, sendo que 72,9% dos habitantes maiores de 10 anos sabiam ler e escrever. O índice de analfabetos sofria variações nos dez distritos que compunham o município de Blumenau. O distrito de Gaspar, que não era propriamente zona de colonização alemã, tinha 65% de analfabetos, o distrito de Blumenau, 15%, e a cidade de Blumenau, 9%. Estes números eram motivos de orgulho para os habitantes de Blumenau, já que nenhum outro município de Santa Catarina tinha índices tão favoráveis.

As Comunidades Escolares, além de contratarem os professores, definiam “os conteúdos mínimos e a própria natureza das disciplinas eram ditadas por aquilo que os imigrantes esperavam da escola, estabelecendo-se um currículo mínimo, mais ou menos tacitamente observado, pois as escolas cuidavam em cumprir esta tarefa básica” (KREUTZ, 1994, p. 38). Na maioria das escolas, o ensino era composto de três a seis anos de estudo e a dinâmica escolar é revelada pelo depoimento de uma ex-aluna duma pequena escola comunitária:

A escola tinha uma única sala onde o professor ensinava a todas as crianças, no mesmo horário. Era o professor Günther. Rudolf Günther. Estudávamos durante seis anos. Os alunos mais velhos ajudavam os do primeiro ano. Tínhamos aula de

português, alemão, matemática - que era muito puxada - leitura, ditado. Toda quarta-feira tinha canto e, aos sábados, religião. Aos sábados, a aula era normal. Tínhamos também que recitar poesia. Era preciso decorar tudo. No primeiro ano, a aula era somente em português. No segundo, começava o alemão. Mas não era a manhã toda em alemão. Era sempre certa parte da aula em alemão. Todas as matérias. (Depoimento de Waltraud Koch, em 25 de abril de 2002)

Para os alunos que quisessem continuar seus estudos, havia a *Neue Deutsche Schule* (Escola Nova Alemã), fundada em 1889 e localizada no centro da cidade de Blumenau. A estrutura educacional dessa escola era apurada sendo considerada “escola-modelo” da região. O Relatório Escolar de 1910, apresentado aos governos municipal e estadual pelo diretor George August Büchler, informava que existiam cinco classes nesse ano, sendo: a IVª classe, para os alunos do 1º ano escolar; a IIIª classe, para os alunos dos 2º e 3º anos escolares; a IIª classe, para os alunos dos 4º e 5º anos escolares; a Iª classe, para os alunos dos 6º e 7º anos escolares; a Selecta, para os alunos dos 8º, 9º e 10º anos escolares.

Na Selecta (curso preparatório para os alunos que desejassem cursar a Universidade), o ensino ministrado era equivalente ao do atual ensino médio, tendo as seguintes disciplinas: Alemão, Português, Inglês, Francês, Matemática, Física e Química, História Natural, Geografia, História, Escrita Mercantil, Desenho, Geometria e Ginástica. A maioria dos professores era natural da Alemanha, com formação de nível superior.

O idioma utilizado nas escolas era o alemão, mas havia a preocupação de se ensinar o Português já a partir da 3ª classe. O uso de línguas estrangeiras nas escolas catarinenses, com incentivo ao ensino do português, concomitantemente, era permitido pela política educacional estadual implantada por Orestes Guimarães – professor paulista contratado pelo Governo do Estado, em 1911, como Inspetor Geral da Instrução - que defendia uma ação nacionalizadora voltada para a aculturação<sup>3</sup> do imigrante em que fosse possível a convivência bilíngüe nas escolas. Tal decisão provocava críticas, expressas via imprensa escrita, como a carta publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, endereçada ao futuro Presidente da República, Dr. Afonso Pena, republicada no jornal *Blumenauer Zeitung*, de Blumenau e, posteriormente, traduzida deste:

Escrevi acima que V. Excia., depois da visita feita ao Paraná e aos Pampas, deveria verificar o “perigo alemão” em Santa Catarina, principalmente em Blumenau.

O verdadeiro “perigo alemão” para os que entendem que a língua é a essência e a forma da nacionalidade e não aqueles que deixam o Brasil, fracos e pobres, para conhecer o mundo. Foi isto que demonstrou um telegrama chegado do Jornal do Comércio. No relatório do superintendente de Blumenau, encontramos a seguinte

---

<sup>3</sup> Aculturação: processo de adaptação, ajustamento e acomodação cultural.

referência ao sistema escolar do município. Nas 112 escolas, o ensino de línguas é o seguinte: português em 4 escolas; português e alemão em 4 escolas; polonês e alemão em 4 escolas; italiano e alemão em 1 escola; italiano em 17 escolas e alemão em 81 escolas.

Não é possível quadro mais desolador. Enquanto em 81 escolas o alemão é ensinado e o italiano em 17, só existem 4 escolas nas quais se ensina o português.

Creio, Dr. Affonso Penna, que desta forma e não de outra maneira, um povo perde sua honra, independência e nacionalidade. (SCHULWESEN..., [198?], não paginado).

Era comum às escolas participarem ativamente da vida das comunidades - com apresentações de peças teatrais, de canto e de ginástica - e essas, por sua vez, da vida da escola. O desenvolvimento dessas atividades visava à disseminação e preservação da cultura alemã, além de promover a angariação de dinheiro para a manutenção dos educandários. Em 1914, muitas atividades promovidas arrecadaram dinheiro para auxiliar os flagelados da guerra na Alemanha. No relatório do ano de 1914, lido na reunião dos associados da Comunidade Velha Nova, de Blumenau, a professora Marie Deggau assim se expressou:

Ao eclodir a guerra mundial na Europa, passou por nossa escola uma lista de arrecadação para auxílio da cruz vermelha. Entre pais e alunos, foi arrecadada a soma de 35\$000 réis. Se analisarmos bem, são enormes os sacrifícios que o reino alemão faz, ao enfrentar seus inúmeros inimigos. Também nós no estrangeiro, não devemos ficar inertes e ajudar com que pudermos. Sabemos todos: a vitória alemã trará também benefícios para nós, mas uma derrota seria desastrosa e nosso sofrimento muito grande. (SCHULWESEN..., [198?], não paginado).

Em 1916, o município de Blumenau contava com 116 estabelecimentos de ensino e 134 professores. Mas, a quase totalidade era de escolas particulares, algumas mantidas pelas paróquias católicas e a maioria pelas *Schulgemeinden*.

Em 30 de outubro de 1917, como conseqüência da declaração de guerra entre o Brasil e o Império Alemão<sup>4</sup>, foram fechadas todas as escolas particulares de Blumenau para se proceder a uma verificação, medida a que não escapou nem o Colégio Santo Antônio nem a Escola Sagrada Família, instituições escolares administradas pela Igreja Católica, ficando em funcionamento apenas as nove escolas públicas (EMMENDOERFER, 1950). Ao mesmo tempo, era sancionada a Lei nº 1.187, de 5 de outubro, que obrigava o ensino, em português, da “Linguagem”, História do Brasil, Educação Cívica, Geografia do Brasil, além de cantos e hinos patrióticos em todas as escolas catarinenses. Estas medidas indicam que, pela primeira vez, tentou-se fazer a nacionalização das regiões de imigração do Estado, de forma mais vigorosa. Estas leis

---

<sup>4</sup> O Brasil declara guerra ao Império Alemão no dia 26 de outubro de 1917.

atendiam os desejos de muitas pessoas que, há alguns anos, expressavam na imprensa a preocupação com a situação das áreas de imigração.

O Decreto Estadual nº 1.063, publicado no mês seguinte, permitiu a reabertura das escolas particulares fechadas, desde que, após verificação feita pelo Inspetor de Ensino, ficasse constatado que o professor falava corretamente o português. Para que isto fosse possível, foram criados cursos preparatórios para os professores das escolas estrangeiras, onde eram ensinados o idioma nacional e aspectos referentes à história e à geografia do Brasil. Em Blumenau, cursos foram ministrados no interior do Grupo Escolar Luiz Delfino, instituição pública estadual.

Herbert Koch, diretor da *Neue Deutsche Schule* nos anos de 1917 a 1919, faz a seguinte observação sobre estes cursos:

[...] o diretor da escola do governo de Blumenau, Techentin, organizou cursos pagos pelo governo, para que os professores, que perderam o emprego, pudessem aprender o vernáculo. Cada semana 10 professores foram examinados, aprovados e em pouco tempo podia ser comunicado ao governo, que em todas as escolas alemãs, só lecionavam professores, que no exame mostraram conhecimentos suficientes da língua portuguesa e que prometeram lecionar nesta. O governo de Florianópolis era prudente demais, deixando de lado qualquer controle. (KOCH, 1975, p. 153).

Assim, uma a uma, as escolas particulares foram reabertas sendo que, após o término da guerra, elas sofreram um grande incremento. Emmendoerfer (1950) aponta que, em 1920, Blumenau possuía 40 escolas particulares, com 3.500 alunos; em 1925 já eram 109, com 5.745 alunos.

### **3. O Ensino de Matemática nas escolas teuto-brasileiras de Blumenau**

O ensino de Aritmética (*Rechnen*) era tão prioritário nas escolas primárias quanto o do Alemão. Saber contar e escrever os números (numeração ilimitada), realizar operações de adição, subtração (método austríaco), multiplicação e divisão, os números decimais, as frações e suas operações, os sistemas monetário e de medidas, a regra de três e cálculos com juros constituíam a base do estudo matemático.

A adoção de livros didáticos já ocorria, geralmente, nos anos iniciais de estudo. As primeiras publicações eram escritas em alemão, mas anos mais tarde várias delas tiveram edições em português.

Alguns manuais didáticos foram utilizados em várias escolas teuto-brasileiras de Blumenau: a Coleção *Arthimetica Pratica* em quatro partes, de Otto Büchler; a Coleção

Meu livro de Contas, de Nast e Tochtrop e o livro Rechenbuch für deutschbrasilianische Volksschulen (*Livro de cálculo para escolas públicas Teuto-brasileiras*), de Ferdinand Hackbart, Konrad Glau e Hermann Lange (GAERTNER; PEREIRA, 2008).

Duas estratégias de ensino estavam presentes nas aulas de Aritmética: o cálculo mental e a resolução de problemas. O primeiro visava à fixação das operações elementares e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do raciocínio e da memória. O segundo mostra a preocupação com a aplicação da Matemática em situações do cotidiano da comunidade. A orientação dada aos professores era a de que

O ensino da arithmetica deve ser dado o mais practicamente possível, tratando o assumpto do problema sobre temas, que appareçam na vida quotidiana. A solução delles deve ser achada pelos próprios alumnos com toda certeza e segurança. Principalmente o professor deve ter o maximo cuidado em não passar problemas cuja solução vise unicamente a regra. A criança deve resolver o problema analyticamente. Por exemplo: Regra de Juros: Capital, taxa, tempo, porcentagem não deve ser resolvida por meio das fórmulas.  $J = \frac{C.T.tempo}{100}$ . Na regra de juros o professor deve sempre fazer com que o alumno chegue a um por cento (1%). Para isso não se precisa de uma fórmula mechanica. (SÄTLER, 1929, p. 17)<sup>5</sup>

Nos livros de Buchler, Nast e Tochtrop, Hackbart, Glau e Lange, havia a proposta de dezenas de problemas que procuravam atender a esta orientação. A seguir, exemplificando, trecho fotocopiado da obra de Hackbart, Glau e Lange (1906):

187) Kaufmann E. schickt 290 Sack Farintha, 80 Sack Mais und 70 Sack Bohnen mit dem Dampfer fort; wieviel Sack zusammen?

Tradução: Comerciante E envia 290 sacos de farinha, 80 sacos de milho e 70 sacos de feijão com o navio a vapor; quantos sacos juntos?

O ensino da Geometria e do Desenho já ocorria nas classes iniciais até das pequenas escolas comunitárias do interior do município. Essas matérias eram estudadas de forma interdisciplinar, envolvendo também o que hoje denominamos de Artes. A Escola Nova Alemã tinha uma sala ambiente para o ensino dessas matérias onde se encontravam, além de equipamentos de desenho, materiais didáticos vindos da Alemanha como sólidos em gesso e cartazes ilustrativos. No Relatório de 1910, encontramos os seguintes programas de Desenho das IIIª e IIª classes:

IIIª classe: (1) Ellipse. Forma natural: Limão. Forma fundamental: Elipse. Forma vital: Taboleta, Espelho, Óculos; (2) Círculo. Forma natural: Laranja. Forma

---

<sup>5</sup> No texto citado, foi preservada a grafia original.

fundamental: Círculo. Forma vital: Bola, Balão, Roda; (3) Rectângulo. Forma natural: Tijolo. Forma fundamental: Rectângulo. Forma vital: Bandeira, Molde, Janella; (4) Quadrado: Forma natural: Dado. Forma fundamental: Quadrado. Forma vital: Dado. Xadrez.

IIª classe: Ellipse, círculo, oval. Rectângulo, quadrado. Todas essas figuras foram tratadas como formas: natural, fundamental, vital e de beleza. Exercícios de pincel e borrões. Combinações dos mesmos. Desenhar e pintar plantas, paisagens simples. Introduzirem-se os exercícios de cortar figuras e combina-las em cenas. (BÜCHLER, 1910, p. 6-7).

A exploração das diferentes formas: *natural*, *fundamental* e *vital*, evidencia a preocupação com a construção dos conceitos geométricos pelos alunos, eliminando a separação entre geometria plana e espacial, ou ainda, introduzindo a geometria espacial antes da plana, visto a primeira ser mais intuitiva. Evidencia ainda a intenção de relacionar os conceitos geométricos com a sua presença no dia a dia.

#### 4. O fim das escolas teuto-brasileiras em Santa Catarina

Em 10 de novembro de 1937, por um golpe de Estado, Getúlio Vargas instaura a ditadura e impõe ao país profundas medidas estruturais, objetivando “formar um ‘homem novo’ para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro” (BOMENY, 1999, p.139).

Até esta data, havia no estado de Santa Catarina 661 escolas particulares, com 25 300 alunos, a maioria situada nas zonas de colonização alemã. O funcionamento liberal dessas escolas era amparado pelo Decreto nº 58, de 28 de janeiro de 1931. Era uma lei liberal que em seu artigo 2º determinava:

As escolas primárias estrangeiras, que já se acharem licenciadas e inscritas na Diretoria de Instrução, continuarão a funcionar, devendo manter para cada turma de sessenta alunos, ou fração excedente, um professor habilitado, na forma do presente texto, para o ensino, na língua vernácula, das seguintes matérias: Português, Geografia do Brasil, Geografia do Estado, História Pátria, Educação Moral, Educação Cívica e Cantos Pátrios.

Este decreto autorizava que:

- a) o professor primário podia ser estrangeiro;
- b) as outras disciplinas não citadas podiam ser ministradas em outro idioma;
- c) as crianças eram obrigadas a aprender os cantos pátrios, mas não estavam proibidas de cantar os hinos e canções estrangeiras.

Entretanto, a relação cordial entre as escolas particulares comunitárias alemãs e o poder público estadual estava com os dias contados. Nereu Ramos, em 1935, vence as

eleições para governador do Estado, mas o seu partido é derrotado em Blumenau. No seu programa político, ele já tinha externado a proposta de implementar em Santa Catarina uma educação vinculada a um projeto mais amplo, amparado na unificação do uso das línguas e dos costumes. Expressões como “costumes estranhos ao ambiente nacional e uso constante da língua alemã” ou “velhos usos e costumes dos europeus transplantados pelos imigrantes alemães” tinham aparecido em seus discursos (NOGUEIRA, 1947, p. 35, 85). Gertz (1987) registra que, ao comentar a derrota de seu partido para os integralistas nos municípios de colonização alemã, Nereu Ramos afirmou:

Em todos os municípios em que o integralismo venceu, predomina o elemento alemão. A bandeira não é Plínio Salgado, mas sim Hitler. (...) Creio que está na hora de se iniciar uma enérgica obra nacionalizadora nos municípios em que a colonização alemã não quer adaptar-se à vida brasileira... Isto significa: estacionar mais tropas nas zonas de imigração alemã, para que a mística do militarismo alemão tenha, em nossas casernas, um derivativo e os elementos teuto-brasileiros aprendam a integrar-se na vida brasileira. (RAMOS apud GERTZ, 1987, p. 112).

Com a instalação do “Estado Novo”, Nereu Ramos é nomeado interventor federal de Santa Catarina. Investiu ele, então, num projeto rigoroso de nacionalização do sistema escolar catarinense, principalmente a partir de 1938, lançando medidas como: a proibição do uso da língua estrangeira nos estabelecimentos escolares, a criação da Superintendência Geral das Escolas Particulares e a Nacionalização do Ensino. Em consequência, centenas de escolas primárias particulares foram fechadas. O instrumento usado para a efetivação deste ato foi o Decreto-Lei nº 88 de 31 de março de 1938. Para Ristow (1999), a sua leitura mostrará que dois infortúnios se abateram sobre elas: (1º) o artigo 26 revogou o decreto liberal de nº 58, de 28 de janeiro de 1931, que concedia ampla liberdade aos estabelecimentos particulares de ensino; (2º) o artigo 27 determinou a imediata entrada em vigor do Decreto nº 88, não dando tempo para as escolas particulares se adequarem à nova legislação.

Os reflexos da implantação deste Decreto e das penalidades nele previstas foram descritos por Ivo d’ Aquino (1942), Secretário do Interior e Justiça, no governo do interventor Nereu Ramos:

Em 1937, existiam, no Estado 661 educandários particulares, na maioria situados nas zonas de colonização alienígena.  
Postas em vigor as medidas de nacionalização do ensino, ficaram reduzidos, em 1938, a 113; em 1939, a 69. Eram, em 1941, 72.  
Muitos deles fecharam-se espontaneamente, por convencidos, para logo, os seus professores, de não poderem satisfazer as exigências legais.

Outros, em número apreciável, foram impedidos de funcionar, já por lhes ter sido indeferido o pedido de registro, já por terem sido interditados, em razão de descumprimento da lei.

A cada escola fechada correspondia, imediatamente, outra instalada pelo poder público, estadual ou municipal, por imperativo da própria lei. (AQUINO, 1942, p. 50).

A ação do Decreto nº 88 foi mais devastadora na área rural dos municípios. Com o fechamento das antigas escolas comunitárias particulares, centenas de crianças ficaram impossibilitadas de estudar, já que dizer que nova escola seria aberta em substituição à fechada era tarefa mais simples do que fazer, como publicou o jornal “O Observador Econômico e Financeiro”, em 1938, citado por Ristow (1999):

Duzentas escolas foram fechadas, num gesto de patriotismo necessário pelo interventor Nereu Ramos. Mas o Governo Estadual não tem orçamento para abrir outras duzentas, apesar dos esforços que vem fazendo para substituir as escolas alemãs fechadas, por outras brasileiras, pelo menos tão boas quanto aquelas. (RISTOW, 1999, p. 60).

Em Blumenau, quase todas as escolas comunitárias particulares foram fechadas. O idioma alemão foi banido das escolas e o seu uso proibido. A maioria dos livros didáticos escritos em língua alemã foi queimada pelas famílias intimidadas por guardá-los em suas casas ou ainda, pelas autoridades policiais que realizaram buscas em escolas, bibliotecas e junto às residências dos professores. Os antigos professores de nacionalidade alemã foram afastados de suas funções. Para muitas escolas foram nomeados novos professores oriundos, principalmente, de Florianópolis. Nas aulas de Matemática começaram a ser adotados livros de autores nacionais, tais como, Euclides Roxo e Irmão Isidoro Dumont, entre outros.

Para os alunos, o período foi de medo e mudanças.

Pra nós ficou mais difícil, porque a gente estava acostumada. Posso dizer o quê? Que era mais difícil porque era tudo em Português. Não podia mais falar Alemão. No recreio, a gente falava escondida, com medo. Na cidade, não podia. Era sempre shshsh: calados. Foi terrível! Os professores que eram da Alemanha? Só sei que depois não se encontravam mais. Eu não sei para onde foram; se foram para Alemanha ou se foram para outro lugar. Mas, eles não ficaram na escola. Vieram outros professores que só falavam português. (Depoimento de Johanna Helene Kuehn, em 18 de julho de 2002).

Os reflexos destas decisões logo se fizeram sentir. Muitos pais (os de maiores recursos financeiros), descontentes, retiraram seus filhos da “nova escola”, encaminhando-os para outros estados; outros optaram pelas escolas religiosas católicas: Colégio Santo Antônio (meninos) ou Colégio Sagrada Família (meninas) e, ainda, muitas famílias optaram por não mais enviar seus filhos para a escola.

Como resposta a estas ações, o Estado catarinense patrocinou a abertura de 99 escolas públicas estaduais e 144 municipais, que passaram a atender o ensino primário, sob a fiscalização permanente de inspetores, supervisores e militares (CAMPOS, 1999). Kormann (1994) registra que, em Blumenau, o governo municipal criou o Grupo Escolar Machado de Assis e mais 15 escolas municipais que vêm juntar-se às outras 17 escolas públicas já existentes. Para Monteiro (1983), a criação de várias escolas públicas, aliada à exigência da obrigatoriedade do ensino fiscalizado - a quitação escolar - pela qual os pais foram obrigados a enviarem os filhos à escola, sob pena de infringirem a lei e, portanto, sofrerem penalidades, praticamente, marcou o fim das escolas comunitárias restando apenas as sob direção de ordens religiosas, que passaram a cumprir rigorosamente os programas oficiais.

Nas décadas seguintes, escolas públicas municipais ou estaduais foram abertas visando suprir as exigências de matrículas. Nelas, falava-se apenas o português, sendo que o idioma alemão, praticamente, desapareceu dos bancos escolares, reaparecendo apenas na década de 1980, como língua estrangeira optativa.

## **5. Considerações finais**

A importância dada à educação pelos imigrantes alemães a qual fez florescer um sistema educacional - o das escolas comunitárias - resultou em baixo índice de analfabetismo na região e contribuiu de forma decisiva para o seu desenvolvimento. A aplicação de forma severa das leis de nacionalização do ensino fez desaparecer este sistema, hoje reconhecido como extremamente organizado e produtivo. Todavia, é reconhecida também que este sistema educacional era um dos pilares da preservação da cultura alemã em vários municípios do sul do país. A proibição do uso da língua alemã nas escolas e da adoção de livros didáticos que disseminavam a cultura alemã, a obrigação de usar apenas o português como idioma, de se adotar livros de autores nacionais, da inclusão de disciplinas como educação moral e cívica, foram decisões que romperam, de certa forma, o elo cultural que a região mantinha ainda com a pátria-mãe, a Alemanha.

Os conteúdos matemáticos ensinados nas escolas teuto-brasileiras objetivavam a alfabetização matemática e a preparação para a vida na colônia, com muitas situações em forma de problemas envolvendo questões monetárias, de comércio, de sistema de medidas, enfim, de aspectos importantes para a atuação do sujeito na comunidade.

As diretrizes para o ensino da Matemática, baseadas na resolução de problemas e na recomendação do não uso de fórmulas mecânicas, revelam-se atuais até os dias de hoje estando presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática que apontam a resolução de problemas, a aprendizagem com significado, a contextualização e as aplicações como estratégias para um ensino eficiente da Matemática.

## 6. Referências

AQUINO, I. D'. *Nacionalização do Ensino*. 2. ed. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.

BOMENY, H.M.B. Três Decretos e um Ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BÜCHLER, G. A. *Relatório sobre o 22 anno lectivo da Escola Nova de Blumenau, Estado de Santa Catarina*: apresentado pelo director interino. Blumenau, 1910. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

CAMPOS, C. M. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, A. (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 149-166.

EMMENDOERFER, E. O Ensino Particular em Blumenau. In: *Centenário de Blumenau: 2 de setembro - 1950*. Blumenau: [s.n.], 1950. p. 283-297.

FIORI, N.A. *Etnia e Educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Ed. da UFSC/ Tubarão: Editora UNISUL, 2003.

GAERTNER, R. *A matemática escolar em Blumenau (SC) no período de 1889 a 1968: da Neue Deutsche Schule à Fundação Universidade Regional de Blumenau*. 2004. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2004.

GAERTNER, R.; PEREIRA, A.P. *Práticas de aritmética nos livros escolares usados nas escolas teuto-brasileiras de Blumenau, início do século XX*. Relatório de Pesquisa. 2008.

GERTZ, R. *O Facismo no Sul do Brasil: germanismo - nazismo – integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HACKBART, F; GLAU, K; LANGE, H. *Rechenbuch für deutschbrasilianische Volksschulen*. Blumenau: Editora Arthur Koehler, 1906.

KOCH, H. Blumenau 60 anos atrás. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, n. 6, p. 149-153, jun. 1975.

KOCH, W. 25 de abril de 2002. Depoimento concedido a Rosinéte Gaertner.

KORMANN, E. S. *Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente (1850 – 1985)*. Florianópolis: Paralelo 27, 1994.

KREUTZ, Lúcio. *Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

\_\_\_\_\_. Livros escolares e imprensa educacional periódica dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, Brasil, 1870-1939. *Revista Educação em Questão*. Natal, v. 31, n. 17, p. 24-52, jan./abr. 2008.

KUEHN, J.H. 18 de julho de 2002. Depoimento concedido a Rosinéte Gaertner.

MAURO, S. *Uma história da matemática escolar desenvolvida por comunidades de origem alemã no Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX*. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2005.

MONTEIRO, J. *Nacionalização do ensino: uma contribuição à História da Educação*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

NOGUEIRA, R. A. *Nacionalização do Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Masursky, 1947.

OBERACKER, C. H. *A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

RISTOW, A. *Educação: história ilustrada de um ideal*. Florianópolis: IOESC, 1999.

SÄTLER, H. *Deutsche Schule Blumenau: Bericht über das 40. Schuljahr*. Blumenau, 1929. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

SCHULWESEN – Sistema Escolar. In: Encadernação contendo transcritos extraídos do *Jornal Blumenauer Zeitung e Mitteilungen* referentes escolas particulares e públicas nos anos de 1891 a 1916. Blumenau: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, [198?], não paginado. Mimeografado.

SILVA, J. F. da. *História de Blumenau*. 2. ed. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988.